



O HOMEM CORDIAL E A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: UM ESTUDO DAS OBRAS *MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS E MACUNAÍMA*

Valdinei José Arboleya¹

RESUMO: O presente estudo se pauta no papel da literatura na representação da identidade cultural do Brasil. Parte-se do princípio de que algumas obras literárias são capazes de evidenciar em suas tramas as influências concretas dos fatores socioculturais e é sob essa perspectiva que se toma como foco analítico as obras literárias *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), de Manuel Antonio de Almeida, “O homem que sabia Javanês” (1911), de Lima Barreto, e *Macunaíma*, (1928), de Mário de Andrade, capazes de apresentar traços culturais brasileiros que operam como elementos de identidade cultural recriados simbolicamente na literatura, dentre os quais, destaca-se, o patrimonialismo, a cordialidade e a malandragem.

PALAVRAS-CHAVE: Homem cordial, Malandragem, Cultura.

ABSTRACT: This paper is based on the study of the relationship between literature and society and discusses the literature role in the representation of Brazil's cultural identity. In this study, we understood that some literary works can evidence the influences of sociocultural factors in their plots; and it is from this perspective that will be analyzed the literary works *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), written by Manuel Antonio de Almeida, “O homem que sabia Javanês” (1911), by Lima Barreto, and *Macunaíma*, (1928), by Mário de Andrade. We understand that these works present Brazilian cultural traits configured as elements of cultural identity that literature symbolically recreates, particularly patrimonialism, friendly and rogueness.

KEYWORDS: Friendly man, Roguiness, Culture.

INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre literatura e sociedade é a base da análise aqui apresentada, na qual o romance *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), de

Manuel Antonio de Almeida, o conto “O homem que sabia Javanês” (1911), de Lima Barreto, e a rapsódia *Macunaíma*, (1928), de Mário de Andrade, são tomadas como foco de análise. Busca-se abordar a construção literária do “ser brasileiro” à luz das concepções de patrimonialismo, cordialidade e malandragem, abarcando esses conceitos sob a perspectiva das questões culturais subjacentes à criação de tais obras.

Baseando-se em Candido (2000), tem-se que uma obra literária é capaz de capturar aspectos e sentidos da formação cultural de um país por ser um produto artístico, linguístico e cultural que se vale dos fenômenos sociais como elementos estruturantes que se engendram em todo o processo de elaboração estética. Partindo dessa premissa, objetiva-se analisar de que modo as obras citadas recriam simbolicamente os traços culturais do patrimonialismo e do jeitinho brasileiro e em que medida os conceitos de cordialidade e malandragem podem ser tomados enquanto categorias de análise nos protagonistas de cada uma delas. Compartilha-se do pressuposto de Holanda (1995), Faoro (1998) Ribeiro (1995) e Damatta (1990; 1997) de que tais aspectos preponderaram no processo histórico de construção da identidade cultural, política e social do Brasil.

O recorte temporal desse estudo aborda o Brasil Colônia, o Império, o início e o final da Primeira República observados sob a ótica da literatura brasileira partindo do entendimento de que o fim do período colonial está atrelado à necessidade de fixação da ideia de Pátria Brasileira e de criação da imagem de um país independente e detentor de uma cultura própria. Tal lógica também se torna evidente no processo que marca o fim do Império e o início da República: momento em que se sobressai uma visão pessimista do Brasil, que seria uma nação pobre, atrasada, doente e constituída por um povo impuro. Nesse processo, toma corpo, também, a ideia de inorganicidade nacional e de brasilidade em construção, aspecto acerca do qual se sustenta a escolha das obras e dos artistas em questão, pois permitem visualizar o todo orgânico e dinâmico da formação cultural brasileira e localizar as marcas da cordialidade e do patrimonialismo nesse processo.

A formação da identidade cultural, de acordo com Bernd (2011), possui significados diferentes para cada grupo, porém baseados em heranças sociais comuns organizadas pela cultura e instituídos a partir da relação manutenção/transformação e tradição/modernização. Nos termos de Fernandes (1975; 2008), essa relação é constituída a partir da ideia de que a sociedade muda carregando consigo marcas de seu processo formativo. No entanto, mesmo diante dessa dinamicidade, determinados aspectos acabam preponderando sobre outros – como é o caso da cordialidade e do jeitinho brasileiro – podendo, inclusive, incidir diretamente nas manifestações culturais e artísticas. No tocante a essa questão, Leite (1983) observa que no caso da cultura

brasileira, há o peso da pluralidade.

Em que pese o valor das produções artísticas como forma de manifestação cultural dessa pluralidade, a literatura se constitui como constructo artístico que culmina na “criação de um mundo cuja estrutura é análoga à estrutura essencial da realidade social” (GOLDMANN, 1976, p. 195). Ou seja, permite vislumbrar uma determinada realidade social.

Não se pretende aqui assegurar uma visão unitária de brasilidade, haja vista que o próprio processo de formação do Brasil não contribuiu – talvez felizmente – para a unidade, mas para a pluralidade cultural e é pautando-se nessa ideia que se sustenta o argumento de que o homem cordial, definindo pela “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...]antes de tudo expressões de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (HOLANDA, 1995) p. 146-147), ainda sobrevive e sua herança cultural, incorporada a muitas práticas cotidianas, preponderou socialmente em meio às rupturas e transformações culturais. Isso se deve, em parte, a um processo de colonização marcado pelo patrimonialismo, pela predominância de uma regência doméstica e patriarcal em que, “ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. (FAORO, 1998, p. 20). Essa prática foi propensa ao desenvolvimento de uma cultura de cordialidade na qual os privilégios, recorrentemente, superpõem os direitos e permitem o assentamento da malandragem como estratégia de navegação social – mobilizando aqui um conceito de Damatta (1997) – como se observa no contexto das obras em estudo.

DO MALANDRO EM FORMAÇÃO AO MALANDRO EXPERIENTE: CONTEXTOS PATRIMONIAIS E HOMENS CORDIAIS

As três obras em análise guardam entre si uma correlação imediata no que se refere ao estilo da linguagem: todos apresentam marcas da inovação linguística diretamente associadas a questões culturais. O romance *Memórias de um Sargento de Milícias* é original e inovador tanto sob o ponto de vista de sua estrutura narrativa quanto do ponto de vista das questões ideológicas e históricas que suscita. Apoiando-se em Bourdieu (1989), poder-se-ia afirmar que a literatura, enquanto arte, representa aspectos das relações sociais e esse romance não apenas reinveste as questões histórico-sociais com uma nova perspectiva simbólica, como também, redimensiona a própria estrutura narrativa no sentido de deixar entrever a formação do Estado Patrimonial brasileiro, bem como o “cadinho” brasileiro e a malandragem enquanto estratégias

de navegação social. Ou seja, simbolicamente, permite que se visualize o desenvolvimento do Estado Patrimonial iniciado com a vinda da família real para o Brasil e sua provisória instalação no Rio de Janeiro, fato que ocasionou mudanças na infraestrutura do emergente Estado nacional, dentre elas, por exemplo, a criação de instituições como a Intendência-Geral da Polícia, que, da forma como é apresentada no romance, torna-se emblemática do patrimonialismo no sentido de mesclar os interesses privados aos públicos. A consolidação da tendência patrimonialista é assinalada nas ações do Major Vidigal, que gerencia a polícia de modo parcial e tendencioso, mas se cristaliza na nomeação de Leonardo Filho a intendente. Há, nesse fato, uma metáfora bastante significativa da ideia de assimilação e continuidade de um modo de ser que se alojará social e historicamente na identidade nacional do brasileiro: o jeitinho e a mescla dos interesses pessoais aos públicos.

Fugindo dos padrões românticos da época, o estilo jornalístico de Manuel Antonio de Almeida e a linguagem coloquial que perpassa toda a estrutura narrativa conformam um texto singular em relação às publicações do período em que escreve, além de oferecer, como sugere a crítica literária, uma leitura reflexiva do Brasil em formação. Tal estilo, ainda incomum à época, seria evidenciado em Machado de Assis, anos mais tarde, e na implementação de uma linguagem fluída, que será prenunciada no Pré-Modernismo de Lima Barreto e consolidada somente com o modernismo – apesar disso, e em detrimento disso – o autor consegue estabelecer um protótipo literário nacional de acentuada originalidade que, para Veríssimo (1978)², seria a base de um movimento genuinamente nacionalista, aspecto redimensionado e ampliado em *Macunaíma*, anos depois. Tem-se na linguagem, portanto, um relevante diálogo comparativo entre *Memórias* e *Macunaíma*. Se este, ao seu tempo, retoma toda uma trajetória folclórica para constituir simbolicamente seu herói sem nenhum caráter, aquele, abusa dos dizeres populares para inserir seu herói na condição de homem nacional.

Estas obras, além de traços associativos entre si, permitem a delimitação de uma leitura do cenário nacional, destacando elementos como o malandro. Em “Dialética da malandragem”, Candido (1978)³ apresenta a malandragem de Leonardo Filho como resultado da dinâmica histórico-social do Brasil na primeira metade do século XIX ao argumentar que toda a trama se desenrola em meio à dialética da ordem – desordem, ou seja, em meio a normas mais ou menos organizadas que os sujeitos seguem e burlam de acordo com suas necessidades. Partindo de tal entendimento, pode-se dizer que essa forma de conduta é fruto de um Estado patrimonialista no qual os líderes não distinguem o público do privado. Trata-se de uma forma de organização do poder na qual “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas

faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com suas características próprias” (HOLANDA, 1995, p. 146). Tal conduta é facilmente encaixada nas atitudes de Leonardo Pai e do Major Vidigal como exemplos ímpares de sujeitos que se movem numa perspectiva patrimonialista, misturando interesses próprios e privados aos interesses da coroa e impossibilitando a imparcialidade das garantias jurídicas aos cidadãos. Na república, essa forma de atuação será potencializada em Castelo, personagem narrador de “O Homem que sabia javanês”.

A sociedade apresentada em *Memórias*, marcada pelas tensões constantes entre o que se tem de direito e o que se obtém por meio de arranjos vantajosos e burlas desvela a ideia de “jeitinho brasileiro”, a qual pode ser plenamente associada enquanto estratégia de navegação social à forma de conduta de Castelo na Primeira República. Das *Memórias* para o conto, o “arranjei-me do compadre”, que intitula um dos capítulos da trama do romance, torna-se expressão icônica do jeitinho e da malandragem e ganha contornos ainda maiores por evoluir do simples proveito individual ao proveito social privilegiado pelo *status* que o “arranjar-se” pode permitir. Em outras palavras, o “arranjei-me do compadre” apresenta um golpe de proporções menores se comparado ao de Castelo, em Lima Barreto, que extrapola a dimensão do privado para inserir a malandragem e o patrimonialismo dentro das repartições públicas, reforçando a ideia de uma política de privilégios e de um jogo de burlas nos quais subjazem a continuidade viciosa das vantagens políticas e posições sociais obtidas à custa de arranjos. Ou seja, há uma continuidade do “arranjei-me do compadre” na esfera pública que é, como revela o próprio narrador de *Memórias* a forma “como se explicam muitos outros que vão aí pelo mundo” (ALMEIDA, 1997, p. 39).

Um desses tantos arranjos na esfera pública virá com o próprio Macunaíma que, buscando se arranjar como pintor, tenta uma bolsa do governo para viajar à Europa. O arranjar-se de Macunaíma, nessa passagem, inicia-se com Maanape, seu irmão, que sugere uma estratégia para ir à Europa atrás do gigante, sem gastar os quarenta contos que possuíam: “Macunaíma finge pianista, arranja uma pensão do Governo e vai sozinho” (ANDRADE, 1984, p.88). Discordando da opção, mas não do arranjo, Macunaíma opta por ser pintor: “pois então finjo de pintor que é mais bonito” (ANDRADE, 1984, p. 88). O embuste é levado a cabo e a decepção do protagonista com o desfecho do golpe é, também, reveladora da crítica ácida que Mário de Andrade tece nesse ponto: havia muito mais interessados em sobreviver à custa do governo do que possibilidades reais: “Não vê que o governo estava com mil pintores já encaminhados pra mandar pensão da Europa e Macunaíma ser nomeado era mas só no dia de São Nunca” (ANDRADE, 1984, p. 89). Macunaíma, portanto, terá menos sorte com indicações do que Castelo, o que reforça a ideia de que a

malandragem deste visa ao *status* de um trabalho não braçal que o aproximaria da imagem de um intelectual, que não é a intenção de Macunaíma.

O arranjo, nesse caso, é um jogo de embuste que evidencia a malandragem como estratégia de navegação social. Essa malandragem encontrará, no romance, seu expoente em Leonardo Filho que é a grande referência da história pelo fato de ser dela e nela o herói. Marcadas as proporções do herói romântico, com referência em Peri, de José Alencar, e as proporções do anti-herói moderno, tomando como referência Macunaíma, de Mário de Andrade, Leonardo poderia ser considerado, no contexto da obra, como uma criação entre essas duas esferas. Esse entre-lugar ocupado pelo protagonista provém tanto de sua astúcia e esperteza, que o aproximam de figuras históricas e populares, como as de Pedro Malazarte, quanto de certa dose de ingenuidade sugerida pelo narrador. Suas características perniciosas e a tendência a diabruras são descritas no processo de acomodação da ordem *versus* a desordem de forma descontraída, provocando no leitor certa curiosidade e empatia. Essa empatia é resultante da imagem de um sujeito malandro (CANDIDO, 1978), que pratica astúcia gratuitamente, mas que não tem a intenção de lesar terceiros.

Essa característica o distancia de Castelo, que é malandro por experiência, consciente dos danos que causa a ponto de contá-los a terceiros, caçoando do ocorrido; por outro lado o aproxima de Macunaíma em alguns aspectos, em especial, na mistura entre inocência e malícia radicada nas relações sociais e na luxúria como pecado capital.

A associação entre Leonardo Patata Filho e o fenótipo do homem cordial é constituída em fluxo contínuo ao longo de toda a trama, acompanhando o processo de crescimento do protagonista, que se dá, no enredo, muito mais em função de suas peripécias e dos apuros em que se mete do que propriamente por meio de seu amadurecimento individual e social, haja vista que suas características básicas permanecem as mesmas ao longo de toda a narrativa. Nesse sentido, é como se a passagem de Leonardo menino a homem não estivesse atrelada à puberdade, mas à passagem das travessuras infantis para a malandragem adulta. Em ambas as posições, como garoto travesso e como malandro, a personagem permanece sempre protegida, tanto no contexto pessoal quanto social. É nesse contexto que nasce e cresce o homem cordial analisado por Holanda (1995) e que se evidencia a condescendência com a malandragem como estratégia de navegação social e como “modo possível de ser” (DAMATTA, 1997, p. 105). Esta aceitação social se torna terreno fértil para que a malandragem e a cordialidade tomem corpo e espaço na formação da identidade nacional do brasileiro. Contudo, se em *Memórias* é possível notar alguns traços caricaturescos que evidenciam uma tendência à cordialidade e ao patrimonialismo na

constituição do Império, na República esses traços já parecem se consolidar de modo significativo nas relações sociais.

Extrapolando da história para a ficção, a dualidade entre ordem e desordem e a demarcação de um Estado Patrimonial conduzirá a formação do Brasil Império de Leonardo Filho à República de Castelo matizada pelo oportunismo e pelo ufanismo duramente criticados em Lima Barreto, assaz em perceber os resquícios de uma cultura patrimonial na qual persiste a prática remodelada de criar “um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados” (FAORO, 1998, p. 84).

Esse cabide de empregos por arranjo, camaradagem e cordialidade é um dado real ressignificado simbolicamente no conto que transita entre as questões culturais e sociais com maestria. A sátira e a caricaturização de situações e personagens que perpassam a narrativa contribuem para a formação de uma visão de Brasil fundado na insipiência popular dos valores de direito frente aos valores do privilégio. Essa é, de acordo com Sevckenko (2003), uma característica fundante da obra de Lima Barreto, sempre atento à intelectualidade dirigente do país.

O período no qual se inscreve o conto elucida um momento de choque entre tradição e modernidade e as singularidades político-sociais daí resultantes são captadas pelo autor, dando voz ao inconformismo social e à necessidade de mudança. Essa transmutação do fenômeno social em elemento estrutural da narrativa transparece logo no início da trama, reforçando a marca cultural assentada na cordialidade de que o embuste, enquanto estratégia de ascensão social, é ignorado ou aceito quando visa “as convicções e respeitabilidades para poder viver” (BARRETO, 1980, p. 78). Dito de outra forma, a imoralidade e mesmo a ilegalidade da conquista de benefícios por meio de mentiras, “partidas” pregadas, para ilustrar a ideia com os termos do próprio narrador, é uma ação minimizada e, em alguns casos, legitimada, quando é colocada como estratégia de sobrevivência.

Esse contexto evidencia um país que se constitui como um Estado Patrimonial e não como um Estado burocrático. Os privilégios resultantes dessa prática política são o oportunismo e a improvisação, traços expressivos da personagem narradora, ícone da política personalista ocultada pelo nacionalismo ufanista que irrompia nos discursos de consolidação do Estado Brasileiro. O oportunismo como forma de vida é demarcado como elemento recorrente nas relações sociais de Castelo, permitindo uma remissão imediata à figura do malandro e desvelando a crítica de Lima Barreto, que cria uma personagem que rompe com o círculo de continuísmo da política brasileira e se insere, de forma irônica na elite política e intelectual do período.

Sob esta ótica, poder-se-ia dizer que o malandro é um menino em Leonardo

Filho e um adulto em Castelo, que será aperfeiçoado com Macunaíma, guardadas as dimensões da pluralidade étnico-cultural que o reveste. Esse traço macunaímico não constitui matéria em “O Homem que sabia javanês”, cuja malandragem ainda é percebida como algo circunscrito à relação política na qual o sujeito patrimonial busca, enquanto malandro, a boa vida atrelada ao funcionalismo público, em parte desmantelada em Macunaíma, para quem a boemia parece ter papel mais importante que o trabalho. O funcionário patrimonial do conto busca pela estabilidade provida pelos cargos públicos como espaço de privilégio, de pouco trabalho e de boa vida. O papel social possibilitado por tal cargo, ainda mais nobre quando associado a um título – bacharel – permite honras e facilita aquisição de bens materiais que é, em essência, a busca de Castelo, oportunista contumaz que percebe no cargo público uma estratégia de não se subjugar ao trabalho braçal.

Nessa perspectiva, Castelo é um homem cordial e, demarcada sua conduta burlesca e ladina, é um experiente malandro que assume a cordialidade como garantia de colocação social e não apenas como marca distintiva, pois busca pelo *status* social, diferentemente de Leonardo Filho, para quem a preocupação com uma colocação social advém da Madrinha. Em ambos, no entanto, prevalece a mesma rejeição ao trabalho braçal, condição que é singularmente cristalizada em Macunaíma, com seu inato desinteresse pelo trabalho, intelectual ou não, sempre rejeitado com o mesmo argumento: a preguiça. Para esses três malandros, cada qual ao seu tempo e com suas motivações, “o trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode construir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros” (HOLANDA, 1995, p. 83). Ou seja, o trabalho braçal incide num aspecto menos positivo da imagem socialmente construída.

O trabalho conferido pela vocação do pensamento implica prestígio: em Leonardo, o de substituir a vadiagem por um posto em que se torna responsável pela retaliação da vadiagem; em Castelo, o de ser doutor, e em Macunaíma, o de não ter de se preocupar com o decoro procedente da imagem do homem trabalhador para se constituir herói.

No caso específico de Castelo, a busca por um trabalho nobre revela uma deflagrada usura e má intenção no modo de agir, além do jeitinho e das histórias contadas com vistas a se safar das situações mais difíceis movendo-se como um “um profissional do “jeitinho” e da arte de sobreviver nas situações mais difíceis. (DAMATTA, 1997). Sua mais notória característica consiste na habilidade de simular conhecimento, o que, no contexto da narrativa, desvela a crítica expressa ao bacharelismo e à ascensão social baseada no golpismo e na usurpação do Estado. Castelo age sem remorsos como se nota na passagem em que afirma: “sabes bem que

até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-las ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!..." (BARRETO, 1980, p. 81).

As expressões "bem tolas" e "bobagens" podem ser lidas como demarcadores da ausência de remorsos em relação à consciência do mal feito a outrem, além de funcionar como motivo de vanglória; já a expressão "velhote" acaba reforçando a sensação de maldade que a fala traz consigo. No conjunto, a fala de Castelo é revestida de um tom jocoso e, ao mesmo tempo, de uma pilhéria tão presente no malandro. Tais traços favorecem uma associação ao pícaro, contudo, tanto Castelo quanto Leonardo Filho encaixam-se muito mais no arquétipo brasileiro do homem cordial e do malandro. Na mesma medida, o caractere não serve para Macunaíma que, aperfeiçoando as características de Leonardo Filho e de Castelo, acaba se firmando como legítimo malandro brasileiro: contrafeito ao trabalho ou, antes, afeito a burlar as normas e regras que regem as leis do trabalho – o jeitinho –, dado à boêmia e experiente em navegar socialmente através de arranjos e relações de compadrio.

Acerca dessa questão, observa Santiago (2006), que a repulsa ao trabalho braçal é um traço psicológico e social do brasileiro e do hispano-americano e, neste ponto, o pícaro e o malandro têm seu ponto de afinidade definitivamente estabelecido. O que há de concreto, no entanto, é o fato de que as colocações sociais tanto de uma personagem quanto de outra, exclui-se aqui Macunaíma, são amarradas por meio de burlas e privilégios que evocam a preponderância do jeitinho ao longo do processo de transmutação do Império para a República.

Nesse ponto, pode-se afirmar que *Memórias*, a seu tempo, foi inovadora no que se refere à linguagem e à estratégia narrativa de apresentar um narrador situado em 1850, mas que se volta ao tempo *Del Rei* para apresentar uma brasilidade em formação; "O homem que sabia javanês", por seu turno, inovou pelo estilo jornalístico e pela intensa e ácida crítica social com que desvelou um Brasil intensamente patrimonial e permeado de burlas no cenário político. As inovações em *Macunaíma*, entretanto, têm em si um sentido maior e mais complexo, pois servem ao propósito de dar ao conjunto da obra uma leitura da identidade nacional e da malandragem do brasileiro.

A ideia de uma brasilidade delimitada em *Macunaíma* põe em evidência o espírito fugidio em relação ao trabalho braçal e a atração pela aventura como aspectos fundantes da cultura nacional. Em relação ao segundo aspecto, quando associado à ideia de exploração e conquista, pode ser associado ao semeador caracterizado por Holanda (1995) que, como herança da colonização portuguesa, opunha-se a qualquer trabalho fatigante ou a algo cujo resultado não seja imediato. Seu antagonista, o

ladrilhador, nessa perspectiva, seria a imagem do construtor empenhado, ordeiro e planejador; características tão opostas à Macunaíma, quanto a Leonardo Filho e Castelo. Perfilando personagens e obras, pode-se perceber como a ideia de trabalho braçal veio se delineando em oposição à dignidade e se perfazendo enquanto marca identitária e cultural, não no sentido de conformar a imagem de um povo preguiçoso ou não trabalhador, mas como base para fundamentar a malandragem e o jeitinho como estratégias de navegação social. Pautando-se em Damatta (1997), este jogo de oposição seria a essência cultural do brasileiro, resultante da interferência das relações patrimoniais e patriarcais na esfera pública e nos meandros da justiça.

Para Santiago (2006), o sementeiro brasileiro é um sementeiro de cidades no sentido de ocupar espaços, cindindo negativamente a relação entre colônia e metrópole, em suas palavras, “entre o Velho e o Novo Mundo” (SANTIAGO, 2006, p. 81). No entanto, assevera o autor que a predileção acentuada de Holanda (1995) pela continuidade da relação colonizado-colonizador, ou entre América e Europa, em face da ruptura criada e condicionada pela prática do sementeiro português afeito à ocupação e à conquista do espaço e não à sua elaboração – da qual Macunaíma seria exemplo de malandro sementeiro – pode incidir num olhar demasiadamente condenador à colonização portuguesa. E é justamente esse olhar que procura ponderar ao observar que a noção de aventura que perpassa a identidade do português sementeiro, assim como a do espanhol ladrilhador, não é resultado apenas do processo colonial.

Sob essa linha de raciocínio, pode-se dizer que a ideia de aventura está entranhada à gênese brasileira desde a sua matriz colonial e às ações que foram se sucedendo quando do cruzamento étnico-cultural que deu origem ao brasileiro. Essa linha de raciocínio permite reforçar a ideia de uma identidade nacional singular, fortemente pautada num espírito astuto e aventureiro muito peculiar a Macunaíma enquanto sujeito social e cultural, mas também, muito afeito aos jeitinhos, situação que o aproxima, em essência do sementeiro e, em decorrência, do homem cordial por meio do qual elaborará sua maior característica, a malandragem enquanto estratégia de navegação social e a aventura como predisposição de ser, pois enquanto homem cordial “ele é, portanto, rebelde a leis abstratas e disposições universais, pois conduz o cotidiano com base em impulsos e emoções” (ROCHA, 2004, 35).

O espírito aventureiro de Macunaíma se cristaliza na relação “malandro – sementeiro” o que requer que se entenda a identidade aventureira e conquistadora que marca o sementeiro e tangencia o malandro como marcas constitutivas do ser nacional, aspecto que não coopta o homem de seu estado cultural, mas apenas reforça as imbricações de um e de outro, pois “tal característica reúne intrinsecamente o

homem cordial e a forma de Estado desenvolvida na experiência social brasileira” (ROCHA, 2004, p. 35).

Esta relação do homem com o Estado se forja como um gradativo processo de consolidação do Estado Patrimonial, muito presente nas relações de Leonardo Filho e Castelo. No caso de *Macunaíma*, a influência da esfera privada e das relações pessoais na vida pública não se limita ao protagonista, mas está diluída no terreno das relações sociais, podendo ser percebida em várias passagens da obra, como no momento em que ele recorre à religião, à Macumba, para se vingar de Venceslau Pietro Pietra e desrespeita o espaço ritual – situação que muito bem retoma a busca pelo jeitinho como forma de solucionar problemas – e em pequenas corrupções cotidianas que realiza para alcançar seus objetivos.

O homem cordial que age malandramente tem como campo de ação a “instabilidade do espaço público” (ROCHA, 2004, p. 36), o qual, por sua vez, viceja na República de *Macunaíma* como resquício do império. Depreende-se dessa relação que o malandro Macunaíma não deve ser tomado aleatoriamente de seu ambiente sociocultural, pois é este espaço que justifica sua atuação social, a malandragem.

Em essência, o herói cordial presente em *Macunaíma* põe em evidência a lógica afetiva que rege as relações interpessoais e o espaço privado de convivência, extrapolando os limites deste espaço. Para Holanda (1995) o fim do homem cordial adviria de seu exílio em seus próprios hábitos devido à crescente urbanização. Rocha (2004), por outro lado, observa que as práticas cordiais chegaram à contemporaneidade sem que houvesse, como acreditava Holanda, uma ruptura com o passado: “o homem cordial ainda é nosso vizinho, a todo o momento o encontramos, nos rituais mais simples do cotidiano” (ROCHA, 2004, p. 300). Essa mesma observação a fez Santiago (2006), observando a perseverança do semeador, um homem aventureiro que não se prende à ideia de uma vida construída com base num espírito de trabalho. Pode-se dizer, assim, que não houve rupturas, mas uma adaptação a novos contextos sociopolíticos na qual cordialidade, malandragem e jeitinho preponderaram.

Assim, o homem cordial dos primórdios do Brasil veio se transmutando no espaço da multiplicidade e adaptando sua lógica afetiva a novos tempos, constituindo-se, neste espaço social complexo como um novo malandro. Em *Memórias*, Leonardo Filho abre caminho para o assentamento da cordialidade enquanto marca cultural que se funde na relação entre portugueses e nativos. Essa marca parece se maximizar em Castelo, com o qual Lima Barreto evidencia de modo caricaturesco e satírico a triste vocação nacional para o patrimonialismo e para práticas culturais marcadas pelo

oportunismo e pelo imprevisto. Encerrando a tríade sem, contudo, exilar o homem cordial, Macunaíma cristaliza a malandragem como prática social e evidencia as mazelas sociais que não se dissolvem do tecido social a ponto de se tornar mito, qual o herói. Antes persistem e insistem em se fazer presentes em muitos homens públicos que buscam o suporte do Estado para se dar bem na vida.

Um olhar crítico acerca do cenário político nacional revela que 200 anos depois de *Memórias*, pouco mais de 100 anos depois de “O Homem que sabia Javanês” e quase um centenário depois de *Macunaíma*, ainda encontramos os vícios embrionários da cultura brasileira, agora epidêmicos e difundidos. Vícios estes que se preponderaram na cultura como uma praga nacional a ponto de permitir dizer que hoje, infelizmente, parodiando Mário de Andrade, “pouca vergonha e muita corrupção os males do Brasil são”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o curso das ideias encadeadas até aqui, a cordialidade, a malandragem e o jeitinho brasileiro não se constituem como elementos culturais surgidos, apenas, no Brasil República moderno, mas como práticas enraizadas ao longo de todo o processo de formação do povo brasileiro, desde o início da colonização. Nos termos de Faoro (1998), o cenário político, econômico e social do Brasil foi propiciado ainda na colonização lusitana e a herança desse legado se cristalizou em práticas culturais nacionais que incidiram preponderantemente na formação do patronato político brasileiro. Esse Estado patrimonial, por seu turno, favoreceu o surgimento e a consolidação do malandro enquanto sujeito que busca estratégias de sobreviver, ou de se sobressair, num cenário recorrentemente matizado pelo assentamento de uma política de privilégios sobreposta à política de direitos.

As categorias mobilizadas para a análise das obras literárias em estudo procuraram focar tanto esse cenário patrimonial, quanto o sujeito que age nesse espaço entendendo que as estruturas do período colonial se repetem na República Velha e tal reprodução acaba por desvelar um povo alheio à escolha dos donos do poder, para utilizar aqui a expressão que intitula a obra de Faoro (1998), e culturalmente marcado pela preponderância da malandragem e do jeitinho enquanto modo de agir socialmente.

O primeiro malandro da literatura brasileira, Leonardo Filho, é ainda um malandro ingênuo no que se refere à usurpação do Estado, pois a condição de sargento de milícias é forjada sem que ele próprio saiba ou deseje, cabendo-lhe acolher aquilo que lhe é arranjado e, dessa maneira, pelo simples ato de aceitar, constituir-se como

um malandro. É revestido de malícia rasteira no que se refere à lábria e à boemia e sua conduta, ao longo do romance, vai delineando o cenário patrimonial em que se evidencia sua malandragem. A República em ascensão, para a qual se voltará a produção estética e a crítica barretiana, coloca em destaque um país patronal no que se refere à política e um malandro aperfeiçoado: o malandro político. Castelo é a imagem da malandragem empregada com o objetivo de lesar o Estado e, em decorrência, o povo, ou seja, é o sujeito que, ao contrário de Leonardo Filho, inventou-se social e politicamente e conseguiu se dar bem na vida. Ascender socialmente e se colocar numa situação econômica segura é o argumento que se descortina por trás do cargo público almejado pela personagem, que emprega a malandragem como uma estratégia para se ajeitar na vida, no sentido explícito do arranjei-me do Padrinho de Leonardo Filho, e essa estratégia é mascarada com o argumento do trabalho, no caso de Castelo, a carreira política. Ou seja, sua malandragem é maior e mais complexa que a malandragem dos pequenos golpes cotidianos aos quais recorre o malandro boêmio.

A ideia de uma vida marcada por burlas e engodos cotidianos que permitem ao malandro ajeitar-se aqui e ali, em meio aos percalços da falta de uma boa colocação social e política, é aperfeiçoada em *Macunaíma*, que se constitui como criação exponencial da cordialidade, da malandragem e do jeitinho. Macunaíma, enquanto personagem, supera Leonardo Filho e Castelo no que tange à burla e ao emprego do jeitinho como estratégias de navegação social e de sobrevivência num Estado marcadamente patrimonial. Por outro lado, sua malandragem é acentuadamente ingênua, se comparada à de Castelo, pois o herói se dá mal em sua trajetória: retorna ao Uararicoera pobre e desolado e se torna encantado, ficando sozinho, embora cumpra com o propósito que move toda sua ação ao longo da trama, a trajetória do herói.

No entanto, toda essa malandragem, ingênua ou não, é resultante de um processo contínuo que tem graves consequências à medida que vai se acentuando em determinados setores da vida pública e se evidenciando na conduta política nacional. Ou seja, a forma de se resolver malandramente nos três momentos históricos que contextualizam as obras em análise incidiu em desdobramentos na cultura brasileira permitindo ao malandro, fruto das características culturais preponderantes desse processo, criar uma mentalidade da malandragem como estratégia oficial de navegação que confunde o público e o privado.

Baseando-se nesse argumento, pode-se dizer que o malandro cordial se torna político e é contemporaneamente assíduo, ou seja, baseando-se em Rocha (2004), pode-se dizer que o homem cordial não está extinto ou exilado, mas social e culturalmente situado e arraigado nas práticas políticas e culturais cotidianas.

Independentemente das pequenas malandragens cotidianas introjetadas na cultura brasileira em geral, o que há de mais gritante na contemporaneidade é a malandragem oficial, ou seja, o malandro político encontrado em Castelo que rapinam tentando construir uma imagem de bom homem.

Retomando o paradigma Estado Patrimonial – cordialidade – malandragem, observam-se casos como a Operação lava-jato que parecem recriar no cenário político real, o jogo de embustes através do qual o Major Vidigal se aposenta e faz de Leonardo Filho sargento de milícias e Castelo se torna Cônsul, tudo através de pequenos golpes cotidianos aplicados ao modo malandro de Macunaíma, que dos três é o único que não se arranja na vida. Esses pequenos embustes permitem a elaboração de um projeto de vida maior, um grande golpe, calcado na evidência de uma política de privilégios e na mistura das esferas pública e privada. Poder-se-ia dizer, parafraseando Castelo, que num Brasil patrimonialista, burocrático e patronal ainda há muitos Leonardos, Castelos e Macunaímas que vivem a arranjar belas páginas de vida à custa de pouca saúde e muita malandragem, esses males que do Brasil são, porém, de forma oficial e, infelizmente, sem nunca se darem mal. Será que a crise política atual implicará uma revisão do Brasil sobre si mesmo? Ou será, apenas, mais uma utopia e o malandro oficial sobreviverá incólume? Só o tempo dirá.

NOTAS

¹ Mestre em Linguagem Literária e interfaces sociais: estudos comparados pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: vjarboleya@hotmail.com

² O original data de 1894, ao final do século XIX, quando estas ideias já começavam a ser discutidas do ponto de vista da crítica literária.

³ Convém ressaltar que a versão original deste texto é de 1970 e este pormenor histórico é significativo se considerado em detrimento da publicação de Veríssimo (1894), no que se refere às construções históricas aqui discutidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Klick editora, 1997.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 20. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

BARRETO, Lima. "O homem que sabia Javanês". In: *Lima Barreto: Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico*. Coleção Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação:

1980.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fenando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

CANDIDO, Antonio. "Dialética da Malandragem" (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In LARA, Cecília (org) *Memórias de uma sargento de milícias*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978 p. 317-342.

_____. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria literária e de história literária. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Roco, 1997.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. formação do patronato político brasileiro. 13.ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1975.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do Romance*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: companhia das letras, 1995.

LARA, Cecília de (org). *Memórias de um Sargento de milícias*. Edição Crítica. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. Ed. São Paulo: Pioneira, 1983

LOPEZ, Telê Porto Ancona (coord.) *Macunaíma o herói sem nenhum caráter*. Edição Crítica. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XX^e siècle; Brasília, DF: CNPq, 1988.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1981.

ROCHA, João Cezar de Castro. *O exílio do homem cordial*: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Gilda de Melo e. *O Tupi e o Alaúde*: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

VERÍSSIMO, José. Um velho brasileiro: memórias de um Sargento de Milícias, por Manuel A. de Almeida. In: LARA, Cecília de. *Memórias de um sargento de milícias*: Edição crítica. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978 p. 291-302.